



## CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO DESPORTO NÃO PROFISSIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CNPJ: 14.380.152/0001-71

## Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	596	280		
Contratos de gestão a receber	5	1.676	3.504		
Adiantamentos a colaboradores		9	8		
Outras contas a receber		94	18		
		<b>2.375</b>	<b>3.810</b>		
<b>Não circulante</b>					
Depósitos judiciais	6	18	-		
Imobilizado	7	11	15		
		<b>29</b>	<b>15</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>2.404</b>	<b>3.825</b>		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	8	80	156		
Obrigações tributárias		8	19		
Obrigações trabalhistas	9	2.163	3.535		
Contas a pagar		5	-		
Recursos em consignação	10	56	1		
		<b>2.312</b>	<b>3.711</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>					
Superávit acumulado	11	92	114		
		<b>92</b>	<b>114</b>		
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.404</b>	<b>3.825</b>		

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2017	2016
<b>Receitas</b>			
Subvenções PMSJC		16.425	18.179
Captação de Recursos - Lei Incentivo Fiscal		203	95
Recursos próprios		50	179
Receitas financeiras		47	56
<b>(=) Receita Bruta</b>	13	<b>16.725</b>	<b>18.509</b>
<b>Despesas</b>			
Despesas com mão de obra	14	(14.644)	(16.222)
Despesas operacionais		(157)	(156)
Despesas com serviços especializados	15	(376)	(429)
Despesas com atividades esportivas	16	(1.505)	(1.495)
Outras receitas/ (despesas)		(22)	3
Despesas financeiras		(43)	(162)
		<b>(16.747)</b>	<b>(18.461)</b>
<b>(=) Superávit / (Déficit) do período</b>		<b>(22)</b>	<b>48</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	66	66
Superávit do período	48	48
Saldos em 31 de dezembro de 2016	114	114
Déficit do período	(22)	(22)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>92</b>	<b>92</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(=) Superávit / (Déficit) do período	(22)	48
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>		
Depreciação e amortização	4	4
	(18)	52
<b>(Aumento) / Redução em ativos</b>		
Contratos de gestão a receber	1.828	12.209
Adiantamentos a colaboradores	(1)	(8)
Outras contas a receber	(94)	-
<b>Aumento/(Redução) em passivos</b>		
Fornecedores	(76)	14
Obrigações tributárias	(11)	1.708
Obrigações trabalhistas	(1.372)	(13.800)
Contas a pagar	60	-
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>316</b>	<b>175</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Compra de ativo imobilizado	-	(2)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>316</b>	<b>173</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	280	107
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	596	280
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>316</b>	<b>173</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

## 1. Contexto operacional

O Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto Não Profissional de São José dos Campos é instituído como Associação Civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Tívoli, 128. Desenvolve suas atividades dirigidas ao fomento de atividades físicas e desportivas, bem como na formação e preparação de atletas e de equipes esportivas para participação em competições realizadas por Ligas Esportivas, Federações, Confederações e jogos promovidos pelas Secretarias dos Estados da Federação ou pelo Ministério dos Esportes. Representa o município de São José dos Campos ou qualquer outro que tenha interesse, sendo constituído com prazo de duração por tempo indeterminado.

Tem por finalidade prestar apoio financeiro, mediante a administração autônoma e gestão própria dos respectivos recursos, objetivando o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas para o aperfeiçoamento como forma de educação, saúde, proteção e valorização do cidadão, bem como, pelo desporto de alto rendimento não profissional no Município de São José dos Campos ou qualquer outro, em conformidade com os objetivos constantes do Art. 3º incisos I a XIX, Capítulo II – DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS constantes do Estatuto do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto Não Profissional de São José dos Campos.

Em 2015, o Centro de Desenvolvimento firmou com o Município de São José dos Campos, o Contrato de Gestão nº 2844/2015 que tem como objetivo o gerenciamento e execução de serviços de atividades físicas, esportivas e de lazer nos centros esportivos e academias ao ar livre do Município, pelo período inicial de doze meses, podendo ser renovado até cinco anos consecutivos.

Em 14 de outubro de 2016 foi firmado o primeiro termo aditivo do contrato 2844/2015 com validade de 04 meses a contar de sua assinatura. O segundo aditivo do contrato 2844/2015 firmado com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos em 14 de fevereiro de 2017, possui vigência de 01 mês. O terceiro aditivo com validade de 30 dias foi firmado entre as partes em 15 de março de 2017 com vencimento em 15 de abril de 2017. O quarto aditivo com validade de 12 meses foi firmado em 12 de abril de 2017 com vencimento em 15 de abril de 2018. O quinto termo aditivo com validade de 6 meses foi firmado em 30 de maio de 2017 alterando o vencimento do quarto aditivo para 15 de outubro de 2017. O sexto termo aditivo com validade de 3 meses foi firmado em 11 de outubro de 2017 com vencimento em 15 de janeiro de 2018.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Associação em 14 de março de 2018.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, bem como as Normas do Conselho Federal de Contabilidade que trata dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

## Base para a elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, revogando as Resoluções do CFC nos 837/99, 838/99, 852/99, 877/00, 926/01 e 966/03, e também pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

## 3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

## 3.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

## 3.1.1. Ajuste a valor presente

Os saldos apresentados em direitos a receber e contas a pagar, apresentam prazo de realização em curto prazo não necessitando serem ajustados a valor presente.

## 3.2. Resumo das principais práticas contábeis

## 3.2.1. Apuração do superávit

O superávit é apurado em conformidade com o regime de competência.

## 3.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

## 3.2.3. Ativo imobilizado

O imobilizado está representado pelos bens adquiridos pela entidade registrados pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável acumulada calculada pelo método linear.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

## 3.2.4. Passivo circulante

O passivo circulante é demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é possível que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

A provisão para férias e respectivos encargos foram constituída com base nas férias vencidas e proporcionais.

## 3.2.5. Reconhecimento da receita

As receitas decorrentes de serviços de gestão são apropriadas ao resultado em função dos gastos mensais, incorridos pelo Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Desporto Não Profissional de São José dos Campos, conforme determinado no plano de trabalho da Associação. Essas receitas originam-se em sua maior parte do Contrato de Gestão nº 2844/2015 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita do contrato de gestão é reconhecida ao longo do período e confrontada com as despesas que serão compensadas.

## 3.2.6. Tributos incidentes sobre as atividades

O São José Desportivo é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da entidade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações - isenta sendo fornecida a declaração às instituições financeiras confirmando tratar-se de Associação sem fins lucrativos; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - isenta, sobre as receitas de suas atividades descritas em seu estatuto, e tributadas quando exigidas pela legislação; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que para os fatos geradores ocorridos a partir de 01 de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532-97, todavia, tais atividades são entendidas pela autoridade fiscais como sendo recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da Instituição e execução de seus objetivos estatutários, que não tenham como contraprestação, estando, no seu entendimento, sujeitas à COFINS as receitas decorrentes de demais prestações de serviços bem como os rendimentos de aplicações financeiras.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	7	5
Banco conta movimento	-	198
Aplicações financeiras	589	77
	<b>596</b>	<b>280</b>

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", registradas nos valores de R\$ 596 em 2017 (R\$ 280 em 2016), respectivamente, são compostas por recursos provenientes de:

- Outros Recursos: composto do saldo de Patrocínios, Lei de Incentivos Fiscais e Prestação de Serviços;
- Contrato de gestão PMSJC: composto do saldo de recursos recebidos por meio do contrato de gestão nº 2844/2015 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

## 5. Contratos de gestão

A Rubrica "Contratos de gestão", registrada no valor de R\$ 1.676 em 2017 (R\$ 3.504 em 2016) é composta pelo valor do repasse do contrato 2844/2015 com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos no exercício de 2017.

## 6. Depósitos judiciais

A Rubrica "Depósitos judiciais", registrada no valor de R\$ 18 em 2017, refere-se ao pagamento de guia ao Tribunal Regional do Trabalho do Processo nº 0000333-64.2014.5.15.0083.

## 7. Imobilizado

	2017		2016	
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10%	8	(3)	5
Equipamentos de informática	20%	16	(10)	6
		<b>24</b>	<b>(13)</b>	<b>11</b>

A rubrica "Imobilizado", registrada no valor de R\$ 11 em 2017 (R\$ 15 em 2016), é composta de bens destinados a atividades operacionais.

## 8. Fornecedores

	2017	2016
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio	70	103
Fatos Contabil Assessoria Empresarial	-	36
Uniodonto de São José dos Campos	5	10
Outros	5	7
	<b>80</b>	<b>156</b>

A rubrica "fornecedores", registrada no valor de R\$ 80 em 2017 (R\$ 156 em 2016), é composta pela aquisição de materiais e serviços, com vencimento para 2018.

## 9. Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Férias	1.334	1.516
Salários a pagar	534	816
INSS s/ folha a recolher	233	365
FGTS a recolher	52	109
Outras obrigações Trabalhistas	10	729
	<b>2.163</b>	<b>3.535</b>

A rubrica "obrigações trabalhistas", registrada no valor de R\$ 2.163 em 2017 (R\$ 3.535 em 2016), é composta pelos salários, encargos sociais a recolher e provisão de férias. Em 2017, o quadro de colaboradores reduziu de 499 para 371 funcionários e de 26 para 17 estagiários.

## 10. Recursos em consignação

	2017	2016
Outros recursos PMSJC	56	1
Contrato de gestão 2844/2015 PMSJC	32.914	17.401
(-) Receita reconhecida 2844/2015 PMSJC	(32.914)	(17.401)
	<b>56</b>	<b>1</b>

A rubrica Recursos em consignação, registrada no valor de R\$ 56 em 2017 (R\$ 1 em 2016), provém de recursos a serem utilizados nas atividades esportivas composto do saldo de Patrocínios, Lei de Incentivos Fiscais e Prestação de Serviços. Estes recursos são reconhecidos no resultado do exercício conforme sua competência.

## 11. Patrimônio líquido

	2017	2016
Superávit acumulados	92	114
	<b>92</b>	<b>114</b>

A movimentação da rubrica "superávits acumulados" no período refere-se a superávit apurado em 2017.

## 12. Provisão para contingências

A Associação no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e civil. A Associação apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

A Associação não possui causas de provável perda, havendo oito processos com possibilidade de perda possível que totalizam R\$ 1.858.

## 13. Receitas

	2017	2016
Subvenções PMSJC	16.425	18.179
Captação de Recursos - Lei Incentivo Fiscal	203	95
Recursos próprios	50	179
Receitas financeiras	47	56
	<b>16.725</b>	<b>18.509</b>

A rubrica "Subvenções PMSJC", registrada no valor de R\$ 16.425 em 2017 (R\$ 18.179 em 2016) é composta do reconhecimento da receita de acordo com as despesas realizadas com projetos conforme NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ainda conforme o CPC 07, "a receita de subvenção deve ser reconhecida em confronto com as despesas correspondentes" e não conforme o recebimento financeiro das mesmas.

A rubrica "Lei de Incentivos Fiscais", registrada no valor de R\$ 203 em 2017 (R\$ 95 em 2016) dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos esportivos não profissionais de São José dos Campos, com o objetivo de alavancar as atividades desportivas, valorizar o esporte da cidade, promover a aceleração organizada do crescimento do setor esportivo e estimular a produção de projetos esportivos estruturados.

## 14. Despesas com Mão de Obra

	2017	2016
Folha de pagamento	(9.854)	(10.773)
Encargos sociais	(3.388)	(3.950)
Vale transporte	(226)	(411)
Despesas com alimentação	(940)	(1.168)
Outras despesas / participação do trabalhador	(236)	80
	<b>(14.644)</b>	<b>(16.222)</b>